

ATA DA 005ª SESSÃO EXTRAORDINÁRIA
DA 3ª SESSÃO LEGISLATIVA DA 17ª LEGISLATURA
REALIZADA EM 03 DE ABRIL DE 2013
PRESIDÊNCIA DO SENHOR DEPUTADO JOARES
PONTICELLI

Às 16h45, achavam-se presentes os seguintes srs. deputados: Aldo Schneider - Altair Guidi - Ana Paula Lima - Angela Albino - Antônio Aguiar - Carlos Chiodini - Ciro Roza - Dado Cherem - Darci de Matos - Dirce Heiderscheidt - Dirceu Dresch - Dóia Guglielmi - Edison Andrino - Gelson Merisio - Gilmar Knaesel - Ismael dos Santos - Jailson Lima - Jean Kuhlmann - Joares Ponticelli - Jorge Teixeira - José Milton Scheffer - José Nei Ascari - Kennedy Nunes - Luciane Carminatti - Manoel Mota - Marcos Vieira - Maurício Eskudlark - Mauro de Nadal - Moacir Sopelsa - Narcizo Parisotto - Neodi Saretta - Nilson Gonçalves - Padre Pedro Baldissera - Reno Caramori - Romildo Titon - Sargento Amauri Soares - Serafim Venzon - Silvio Dreveck - Valmir Comin - Volnei Morastoni.

SUMÁRIO

Explicação Pessoal

DEPUTADO RENO CARAMORI - Discute a questão da demarcação de terras indígenas.

DEPUTADO SARGENTO AMAURI SOARES - Manifesta-se a respeito da demarcação de terras indígenas.

O SR. PRESIDENTE (Deputado Romildo Titon) - Havendo quórum regimental e invocando a proteção a Deus, declaro aberta a presente sessão.

Passaremos à Ordem do Dia.

Votação da redação final do Projeto de Lei Complementar n. 0001/2013.

Não há emendas à redação final.

Em votação.

Os srs. deputados que a aprovam permaneçam como se encontram.

Aprovada.

Votação da redação final do Projeto de Lei Complementar n. 0005/2013.

Não há emendas à redação final.

Em votação.

Os srs. deputados que a aprovam permaneçam como se encontram.

Aprovada.

Votação da redação final do Projeto de Lei Complementar n. 0074/2013.

Não há emendas à redação final.

Em votação.

Os srs. deputados que a aprovam permaneçam como se encontram.

Aprovada.

Esta Presidência comunica que encaminhará aos destinatários as Indicações n.s 0169/2013, 0170/2013, de autoria do deputado Jean Kuhlmann; 0171/2013, de autoria da deputada Luciana Carminatti; 0172/2013, 0173/2013, 0174/2013, de autoria do deputado Dirceu Dresch; 0175/2013, de autoria do deputado Sargento Amauri Soares; 0176/2013, de autoria da deputada Ana Paula Lima; 0177/2013, de autoria do deputado Kennedy Nunes; 0178/2013, de autoria do deputado Nilson Gonçalves, conforme determina o art. 206 do Regimento Interno.

Igualmente, esta Presidência comunica que defere os Requerimentos n.s 0245/2013, de autoria do deputado Marcos Vieira; 0246/2013 e 0247/2013, de autoria do deputado Jailson Lima; 0248/2013, de autoria do deputado Jean Kuhlmann; 0249/2013, de autoria do deputado Valmir Comin; 0250/2013, de autoria do deputado Dirceu Dresch; 0251/2013, de autoria do deputado Narcizo Parisotto; 0252/2013 e 0253/2013, de autoria do deputado Antônio Aguiar; 0254/2013 e 0255/2013, de autoria do deputado Neodi Saretta; 0257/2013, 0258/2013, 0259/2013 e 0260/2013, de autoria do deputado Nilson Gonçalves.

Requerimento n. 0256/2013, de autoria do deputado Neodi Saretta, que solicita ao gerente de relações institucionais da empresa Oi S.A. a ampliação da rede de linhas de telefonia na região do contorno norte, no município de Concórdia.

Em discussão.

(Pausa)

Não havendo quem o queira discutir, encerramos sua discussão.

Em votação.

Os srs. deputados que o aprovam permaneçam como se encontram.

Aprovado.

Pedido de Informação n. 0030/2013, de autoria do deputado Jailson Lima, a ser enviado ao secretário de estado da Saúde, solicitando informações sobre o repasse de recursos financeiros para a Fundação de Saúde do Alto Vale do Itajaí.

Em discussão.

(Pausa)

Não havendo quem o queira discutir, encerramos sua discussão.

Em votação.

Os srs. deputados que o aprovam permaneçam como se encontram.

Aprovado.

Não há mais matéria na pauta da Ordem do Dia.

A Sra. Deputada Ana Paula Lima - Pela ordem, sr. presidente.

O SR. PRESIDENTE (Deputado Romildo Titon) - Com a palavra, pela ordem, a sra. deputada Ana Paula Lima.

A SRA. DEPUTADA ANA PAULA LIMA - Sr. presidente, não tínhamos um requerimento para ser deliberado?

O SR. PRESIDENTE (Deputado Romildo Titon) - Realmente, peço escusas, sra. deputada Ana Paula Lima, mas eu não estava acompanhando de perto aqui.

(Passa a ler.)

"Requerimento

A deputada que este subscreve, com amparo no Regimento Interno, requer a suspensão da presente sessão do dia 03 de abril de 2013 pelo tempo de dez minutos, após a Ordem do Dia, para a manifestação do sr. Marco de Oliveira e a sra. Eunice Antunes, representantes da comunidade

indígena Guarani do Morro dos Cavalos, que falarão sobre a realidade daquela comunidade.”

Conforme acordo de todas as lideranças, está suspensa a sessão.

O SR. PRESIDENTE (Deputado Romildo Titon) - (Faz soar a Campainha.) - Está reaberta a sessão.

Passaremos à Explicação Pessoal.

Com a palavra a deputada Ana Paula Lima.

(Pausa)

Na desistência da deputada Ana Paula Lima, com a palavra o deputado Maurício Eskudlark.

(Pausa)

Na ausência do deputado Maurício Eskudlark, com a palavra Nilson Gonçalves.

(Pausa)

Na ausência do deputado Nilson Gonçalves, com a palavra o deputado Jailson Lima.

(Pausa)

Na ausência do deputado Jailson Lima, com a palavra o deputado Reno Caramori, por até dez minutos.

O SR. DEPUTADO RENO CARAMORI - Sr. presidente, srs. deputados, sra. deputada Ana Paula Lima, eu iria até declinar da minha inscrição, mas acho que é oportuno eu falar, até para que fique esclarecido.

Entendi em minha fala no horário dos Partidos Políticos que a deputada Ana Paula Lima não entendeu direito a minha posição. Então, gostaria de dizer que jamais, em momento algum, fui contra os índios. Em momento algum. Muito menos sou radical defendendo os nossos colonos, os nossos proprietários de terra. O que eu quero é que seja feita justiça. É aquilo que eu disse, se Deus fez esse mundo e entregou aos homens para administrarem, ele não entregou só para os índios. E quem nasceu? De onde é que surgiram as outras civilizações? Quer dizer, nós somos todos descendentes de índios? Não, foram várias civilizações que nasceram e tomaram conta da terra nos milênios. É óbvio. Isso foi nos Estados Unidos, no Brasil e em toda a Europa.

Agora, o que precisamos é realmente fazer justiça. Se falta terra para assentamento dos

índios, alguém tem que ser responsabilizado. Por que a Funai deixou acontecer tudo isso?

Repito, estou aqui há mais de 20 anos sempre discutindo a mesma coisa. Lá em Chapecó, que Deus o tenha, o bispo Dom Gomes instigava todo mundo contra todo mundo, e ele deve estar no lugar dele, porque um religioso que chega a ponto de jogar civilizações contra civilizações não admito que tenha o poder de representar a minha religião.

(Palmas das galerias)

Por isso, discutimos muito com ele. E, deputada Ana Paula Lima, no primeiro ano do governo do Espiridião Amin eram feitas reuniões regionais, quando o governo se transferia para outros municípios. E em Chapecó, deputado Romildo Titon, e nós tivemos audiências com o atual bispo de Chapecó, que sucedeu o bispo Dom Gomes, ele simplesmente só escutou, calou-se. E em todas as proposições feitas o bispo não respondeu. Eu estava presente, e isso está gravado em fita.

Eu acho que ninguém é moleque. Nós precisamos enfrentar a situação que existe hoje. A Funai não pode chegar e tocar todo mundo para rua. Os índios não estão colocados. E se está faltando condições, vamos achar as soluções, e a Funai é responsável e não pode se omitir.

Agora, a Funai, para satisfazer uma necessidade, vai roubar de quem adquiriu com dignidade, de quem está morando há muitos anos, de quem comprou as terras com boa fé. É isso que queremos.

Não somos contra ninguém, em absoluto, bem pelo contrário, e vou repetir o que já falei, o meu pai dava emprego para dezenas de índios no Rio Grande do Sul, pagava religiosamente, dando comida, dando roupa e pagando salário. Por quê? Porque os índios queriam sobreviver. E lá o cacique não era um cacique, era um bandido que representava a aldeia, que vendeu tudo que havia em cima do terreno e deixou os índios passando fome e morrendo de fome.

Então, queremos deixar bem claro que não somos contra ninguém, em absoluto, o que queremos é justiça.

Deputada Ana Paula Lima, vai alguém lá na sua casa e diz: aqui havia uma civilização em cima, mas agora v.exa. faça o favor, desocupe o seu pedaço de terra, porque ele era meu.

(Palmas das galerias)

Então, estou dizendo isso, deputada Ana Paula Lima, não para afrontar v.exa. Estou apenas citando como exemplo. Podia ser com o deputado Sargento Amauri Soares, com o deputado Romildo Titon, até comigo, de alguém chegar e dizer: pode sair que essa terra é minha.

Dizem que vão indenizar as benfeitorias. E a propriedade que o homem pagou? Quem comprou, pagou de boa-fé, registrou, está escriturado, tem posse. E vão colocar esse pessoal na rua? Já não chegam as pessoas que estão na cidade perambulando por falta de moradia, que são os nossos sem teto, os sem casa?

Acho que irresponsável é o governo federal, deputada Ana Paula Lima. Quem determina isso são os deputados federais, os senadores. E não estou dizendo que é a presidente da república, mas sim o governo, porque entra presidente, sai presidente e continua a mesma coisa. Então, o responsável é o governo.

Na época, solicitamos ao bispo atual de Chapecó que elaborasse um documento, e que o governador da época seria o portador desse documento para buscar junto ao governo federal uma solução, mas não houve essa tratativa, porque o questionamento não estava no Morro dos Cavalos, estava lá no oeste catarinense.

Então, o que queremos é que vocês tenham educação, saúde, tenham moradia, tenham condições de vida digna, que tenham oportunidade de estudar, de participar de tudo como qualquer pessoa, como o branco. Vocês são feitos de carne e osso, e queremos que o governo possa proporcionar isso para todos vocês.

(Palmas das galerias)

Viajo muito e fico com muita pena, quando vejo às vezes índio caído na sarjeta com a família em volta. Tenho visto muito isso. E por quê? Porque não tem assistência como devia ter.

Nós temos mais uma área enorme de índios em Calmon. Vocês conhecem Calmon? Em Calmon, há uma área muito grande, praticamente desabitada. Parece que agora estão indo alguns índios para lá, que não são vocês, são de outra região, para ocupar aquela área. Por quê? Porque é uma área obsoleta.

Mas o que nós queremos, deputada Ana Paula Lima, é que haja justiça. Queremos que vocês permaneçam vivendo condignamente; queremos o respeito pelos proprietários que lá estão.

A Sra. Deputada Ana Paula Lima - V.Exa. me concede um aparte?

O SR. DEPUTADO RENO CARAMORI - Pois não!

A Sra. Deputada Ana Paula Lima - Obrigada, deputado Reno Caramori.

O que v.exa. quer é o que todos aqui querem. É o que os agricultores querem, é o que os índios querem. Por isso que a nossa intenção no Parlamento é ser mediador desse conflito.

Entendo a angústia das pessoas que estão morando na terra, que foram enganadas e dos índios que também foram enganados. Temos que mediar aqui esse processo. Vamos discutir um projeto de lei nesta Casa para eles serem indenizados, a terra também, não somente a propriedade; discutirmos essa questão.

Mas estamos aqui fazendo a mediação. Se v.exa. falar da minha casa, da sua casa, vamos para um resgate histórico muitos anos atrás, época em que vieram os alemães sem terra para o Brasil, os italianos que fugiram da guerra e vieram para o Brasil, os africanos que foram escravizados para o Brasil, os portugueses que vieram para o Brasil. Todos vieram para o Brasil!

O SR. DEPUTADO RENO CARAMORI - Os africanos vieram para o Brasil pelos portugueses.

A Sra. Deputada Ana Paula Lima - Mas é uma discussão que não vai nos levar a um resgate histórico, entende? Porque se for por isso eu também estou fora do Brasil, v.exa. da mesma forma! Ficam os índios! Mas vivemos num país continental, onde travamos as lutas, os debates...

(Manifestações nas galerias)

Quanto aos debates, fazemos aqui, dialogando, não com guerra, como aconteceu nos Estados Unidos e em outros lugares.

O SR. DEPUTADO RENO CARAMORI - É lógico, deputada!

A Sra. Deputada Ana Paula Lima - Dialogando, porque somos seres humanos! E queremos aqui a garantia dos índios, mas o Parlamento tem que ser mediador nesse processo e entender isso aí! Não fazer, pois v.exa. reclamou de dom José Gomes, isso! Temos é que manter a ordem, a tranquilidade e garantir justiça para todo mundo.

Muito obrigada!

(Palmas das galerias)

O SR. DEPUTADO RENO CARAMORI - Agradeço o seu aparte, deputada.

É justamente isso, só que a responsabilidade das indenizações é da Funai, é do governo federal, não é do governo do estado. Constitucionalmente, não temos condições. O estado não tem, não é o governador, essa atribuição e nem pode ter. Quem tem que indenizar é o governo federal, é a nação, é a união. Por isso defendemos nesse ponto.

Muito obrigado!

(Palmas)

(SEM REVISÃO DO ORADOR)

O SR. PRESIDENTE (Deputado Romildo Titon) - Com a palavra o próximo orador inscrito, deputado Sargento Amauri Soares.

O SR. DEPUTADO SARGENTO AMAURI SOARES - Sr. presidente, sra. deputada, srs. deputados, pessoas que nos acompanham pela TVAL e pela Rádio Alesc Digital e pessoas presentes nesta tarde de quarta-feira, quero cumprimentar as pessoas presentes nesta Casa que vieram se manifestar de uma ou de outra parte e buscar desenvolver o raciocínio, se for possível.

O ser humano apega-se à cidade local, às terras, aos vales, aos rios, à floresta onde nasceu e cresceu. Pelo menos nós, seres humanos, não índios. Busco entender a realidade deles também, porque sou filho de colono pobre e sem terra, da região do alto vale de Imbuia, e nunca morei mais do que seis anos no mesmo lugar, porque

filho de agricultor sem terra mora numa hora na terra de alguém e em outra hora na terra de outro. Mas tem apego profundo a rios, florestas, morros e estradas ou trilhas.

Então, há questões que jamais poderão ser resolvidas, que não dá sequer para mitigar, mas precisamos buscar uma solução que seja razoável. E é prudente que os parlamentares busquem analisar a situação não com o olhar do proprietário rural, não com o olhar do cidadão urbano, mas que busquem fazer uma avaliação - e têm obrigação - de fazer uma tentativa de análise mais profunda.

Quero registrar também que a Funai está aqui presente. Foi citada, esculachada em algumas circunstâncias, colocou-se à disposição para falar, mas como não estava no requerimento, precisará proceder de outra forma para fazê-lo, não para combater opiniões, mas para dizer aquilo que aconteceu ou não.

Começo a entender por que a Funai tem sido tão criticada nos últimos anos no Brasil, porque desde a Constituição de 1988 tem se colocado na posição que os constituintes de 1988 decidiram que o Brasil deveria se colocar. Aliás, neste debate sobre o Morro dos Cavalos até faço uma autocrítica por não ter estudado antes esse assunto, inclusive por ter passado pelas Ciências Sociais da UFSC e não me ter aprofundado nas questões antropológicas além daquelas disciplinas obrigatórias. Depois, fui para a área da sociologia política, então, não me aprofundei nessas questões. Mas aprendi agora que só na Constituição de 1988, portanto, há apenas 25 anos da história de 500 anos de ocupação européia deste continente, desta nação, o Brasil aceita a existência do indígena enquanto nação!

Não estou falando de procedimentos, de cultura, de ideologia, porque está claro aqui que não aceitam, mas faz só 25 anos que a Constituição brasileira reconhece que o povo indígena pode existir como nação. Até então diziam: vamos continuar matando. Como se fossem bichos? Não faziam isso oficialmente, pelo menos, mas criavam as reservas indígenas, e o próprio nome diz, a reserva é um lugar reservado, para onde levavam os

indígenas, na minha avaliação, perdoem-me a palavra, para uma espécie de depósito de seres humanos, até o dia que esse indígena se aculturasse à realidade, ao modo de viver, de trabalhar e de se assalariar do não indígena.

Então, há apenas 25 anos a nação brasileira reconhece que existiam, que moravam antes de 1500 aqui nações de povos que têm o direito de existir, de preservar o seu território, a sua forma de economia, de sobrevivência, ou seja, pesca, caça, coleta, pequena agricultura, e de preservar sua cultura, sua língua.

Se ficarmos pensando sobre a história da humanidade, quantos povos europeus não existem mais? E aqui no nosso país temos povos que apesar de quase cinco séculos de massacre continuam existindo. Mas em pleno século XXI parece que a visão dominante é de que eles não devem existir, que não têm nada contra os indígenas, que não vão mais atirar neles, mas arrumam um pedaço de terra, um arado. Quer dizer, não dá para pensar com essa lógica!

Evidentemente que isso cria conflito, porque a questão fundiária sempre foi conflituosa no Brasil, inclusive, há muito tempo. E a questão fundiária ainda é mais polêmica quando de um lado temos brancos e agricultores e, às vezes, inclusive, com o título de propriedade, ou seja, com a chamada escritura de propriedade privada da terra e do outro lado os indígenas. Aí o conflito é ainda maior.

É claro que é um drama você nascer, crescer e morar num lugar, por exemplo, por 40 anos, deputado Romildo Titon, e depois ter que sair. E é preciso que as autoridades e o Parlamento tentem entender essa realidade e tomem decisões adequadas para que possamos mitigar a injustiça histórica cometida pelos brancos no Brasil.

Como tenho dito, não vamos mais resolver essa situação, porque apenas é possível, ainda, mitigar. Mas se pelo menos todos admitíssemos de são e de verdadeira consciência e expressão da verdade que nós parlamentares, não descendentes de indígenas, aceitamos a ideia elementar de que os

povos originários podem continuar existindo com a sua cultura, com o seu modo de vida, com a sua forma de sustentação, com a sua língua, ficaria claro que é no mínimo razoável que busquemos tratar esses povos mais ou menos, até o ponto máximo que possamos, conforme a sua cultura e não conforme a nossa.

Não podemos exigir que os indígenas entendam o modo da forma como nós entendemos.

(Palmas das galerias)

E não é possível tentar enquadrá-los dentro do conceito que temos.

Nasci e cresci no vale do Itajaí e nunca morei na mesma propriedade. E até 1950 - a imbuia foi colonizada a partir de 1930 - os indígenas eram caçados no mato como se fossem bichos. E onde a terra era agricultável não sobrou indígena.

Então, alguns vão dizer que eles não estavam no Morro dos Cavalos em 1950, 1930 e 1867. Mas é óbvio que não estariam entre o exército de Garibaldi e o exército do império! É óbvio que não estariam entre as forças militares de Getúlio Vargas e as forças militares legalistas! Quem, em sã consciência, ficaria com a sua família entre dois exércitos prontos a entrar em conflito?

No alto vale do Itajaí os indígenas, ao ver o sinal de um branco, de um não índio, tinham que se esconder mais para dentro do mato, até que acabou o mato. Por isso, temos que avaliar essas questões e fazer um debate.

O meu tempo está acabando e não será suficiente para a reflexão e para entender que mitigar as injustiças históricas é uma necessidade, assim como reconhecer a existência desses povos. Porque é triste para um povo considerado civilizado, brasileiro, como foi citado aqui, vir dizer que quer continuar extinguindo povos, nações e culturas.

Temos que buscar uma forma de tentar levar isso de forma civilizada, e essa é a palavra que gostamos, de forma humana e de forma adequada. Evidentemente que temos que debater essa questão, porque achamos que a injustiça maior e a mais grave que se cometeu contra as pessoas que estavam

naquele lado do plenário foi dizer que eles não terão direito à indenização pela terra, e sim apenas pelas benfeitorias. Isso foi injusto, deputado Romildo Titon. Eles precisam sair de lá e ter a condição de ter uma terra igual ou melhor do que aquela em outro lugar, e na mesma região. Aí, sim, estaremos num processo que fará justiça. Esse é o debate que se tem que fazer aqui e levar também para a Câmara Federal.

Muito obrigado!

(Palmas)

(SEM REVISÃO DO ORADOR)

O SR. PRESIDENTE (Deputado Romildo Titon) -
Agradecemos a presença de todos.

Não havendo mais oradores inscritos em Explicação Pessoal, livre a palavra a todos os srs. deputados.

(Pausa)

Não havendo mais quem queira fazer uso da palavra, esta Presidência, antes de encerrar a presente sessão, convoca outra, ordinária, para amanhã, à hora regimental, com a seguinte Ordem do Dia: matérias em condições regimentais de serem apreciadas pelo Plenário.

Está encerrada a presente sessão.